PRIMÓRDIOS DA SILVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL. 1 – NOTA SOBRE A INTRODUÇÃO DO GÊNERO *EUCALYPTUS* L'HER.[1]

JOSÉ NEWTON CARDOSO MARCHIORI[2]

RESUMO
Pesquisa realizada em antigos jornais da Biblioteca Riograndense revelou a existência do comércio de mudas florestais já no início dos anos 1870 na cidade do Rio Grande, lançando um novo olhar para a História da Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul. Fica, igualmente, comprovado que o eucalipto da Praça da Matriz da mesma cidade, o mais antigo existente do Estado, foi plantado em setembro de 1878.
Palavras-chave: Brasil, *Eucalyptus*, Rio Grande do Sul, Silvicultura.

ABSTRACT
[Beginnings of Forestry in Rio Grande do Sul State, Brazil. 1 – Note on the introduction of the genus *Eucalyptus* L'Her.].
Research conducted in old newspapers of the *Riograndense* Library revealed the forest seedlings trade in the early 1870s in the city of Rio Grande, bringing a new look to the History of Silviculture in Rio Grande do Sul State, Brazil. It is also proven that the eucalyptus tree of Cathedral Square in the same city, the oldest in the State, was planted in September 1878.
Keywords: Brazil, *Eucalyptus*, Rio Grande do Sul State, Silviculture.

INTRODUÇÃO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A introdução de espécies do gênero *Eucalyptus* L'Her. no Rio Grande do Sul é objeto de controvérsia na literatura.

Apesar de reconhecer a dificuldade de uma definição segura sobre a data de introdução no país, Navarro de Andrade (1911) foi o primeiro a apontar o pioneirismo do Rio Grande do Sul, atribuindo a iniciativa a Frederico de Albuquerque, em 1868.

Em obra recente, Hasse (2006) parece recuar essa efeméride no tempo, ao dizer que as espécies do gênero foram inicialmente plantadas no "Pampa rio-grandense" como quebra-vento, "seguindo o exemplo do Uruguai", de onde teriam vindo "alguns anos depois da Revolução dos Farrapos (1835-1845)".

A questão pendente – e que compromete a credibilidade das informações –, é a ausência de fonte documental, em ambos os casos, motivo suficiente para colocar sob suspeita as indicações fornecidas. A esse respeito, resta acrescentar que a questão é recorrente em textos de outros autores, motivo pelo qual não cabe exaurir a bibliografia pertinente, salientando-se, todavia, que a dificuldade de consulta a fontes primárias, vivenciada pelo autor do início do século vinte, não mais se justifica, atualmente.

Sabe-se, hoje, com base em documentos, que as "duas primeiras mudas de eucalipto" foram plantadas no Brasil em 1824, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e que as mesmas teriam vindo de Portugal. Ao repassar a informação, Hasse (2006) especula que a propagação por sementes começou, lentamente, a partir da década de 1830.

Ao longo do século dezenove, os eucaliptos foram cultivados, sobretudo, como árvores or-

[1] Recebido para publicação em 05-10-2013 e aceito para publicação em 07-01-2014.

[2] Engenheiro Florestal, Dr. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq – Brasil). Professor Titular do Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Santa Maria. marchiori@pq.cnpq.br

namentais e para fins de arborização urbana. De acordo com Navarro de Andrade (1911), a primeira plantação foi realizada em ruas e no Jardim Público da cidade fluminense de Vassouras, em 1871, por iniciativa do "Sr. A. Pereira da Fonseca". Sobre esse plantio, Lima (1987, 1993) informa que as árvores acabaram cortadas pelo povo, que lhes atribuía a culpa pelo aparecimento da febre amarela na cidade.

No Brasil, os eucaliptos passaram a ser vistos como árvores madeireiras a partir do trabalho desenvolvido por Edmundo Navarro de Andrade, como diretor do Serviço Florestal da "Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais", inicialmente no Horto Florestal de Jundiaí e, mais tarde, em Rio Claro. Formado pela Escola Nacional de Agricultura, em Coimbra (Portugal), Navarro de Andrade também chefiou o Serviço Florestal do Estado de São Paulo e, por sua contribuição à Silvicultura, cabe-lhe, com justiça, o título de "pai da eucaliptocultura" no Brasil. No Rio Grande do Sul, esse papel pode ser atribuído a Joaquim Francisco de Assis Brasil, ex-embaixador e líder político que nas primeiras décadas do século vinte[3] também introduziu e testou o cultivo de "mais de cem espécies" em sua "Granja de Pedras Altas", mantendo contatos com renomados especialistas, como o próprio Navarro de Andrade, o paisagista franco-argentino Carlos Thays, e o botânico anglo-australiano Joseph Maiden (Almeida & Marchiori, 1992), entre outros. Patrono da Agricultura no Rio Grande do Sul, Assis Brasil também foi pioneiro na introdução de espécies florestais, embora seja mais conhecido por dar nome à sede oficial da Expointer – Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários do Rio Grande do Sul: o "Parque Assis Brasil", na cidade de Esteio.

A informação de que a introdução do eucalipto no Rio Grande do Sul ocorreu "alguns anos" após a Revolução Farroupilha não se sustenta, e pelo simples fato de que, no vizinho país, "la siembra de las primeras semillas" deu-se, tão somente, em 1853, "en las quintas de Tomkinson, Margat y Pereira", como assegurado por Mariano Berro em "La Agricultura Colonial", obra cuja primeira edição data de 1914. Essa informação foi confirmada, mais recentemente, por Brussa (1994), em obra clássica sobre o gênero botânico na região do Cone Sul.

Se as primeiras sementes cultivadas no Estado vieram, mesmo, do Uruguai, como aventado por Hasse (2006), é informação que resta a ser confirmada. Das duas datas apontadas, inicialmente, a de Navarro de Andrade parece mais confiável, por remeter a época menos recuada no tempo. Acerca desse ponto, merecem transcrição outros dados respigados por Armando Navarro Sampaio, sobrinho, filho adotivo e continuador da obra do grande eucaliptólogo brasileiro:

> "A princípio tinha-se como certo que os primeiros eucaliptos haviam sido plantados no Rio Grande do Sul em 1868 por Frederico de Albuquerque (...). Por cartas existentes nos

---

[3] De 29 de Julho de 1909 a 14 de Março de 1917, Joaquim Francisco de Assis Brasil registrou, em 5 "encorpados cadernos", as atividades desenvolvidas no dia-a-dia da Granja de Pedras Altas, inclusive a correspondência recebida, a atividade do viveiro, os plantios, crescimento e cuidados com as mudas, uma vez que seu objetivo era transformar sua propriedade em uma granja-modelo, em uma "lição de coisas", com vistas a dignificar a vida no campo. O período coberto pelo "Memorandum" corresponde, justamente, à fase de trabalho mais intenso na Granja de Pedras Altas, bem como de Navarro de Andrade, em São Paulo. Os cinco volumes manuscritos serviram de base para Carlos Reverbel escrever sua conhecida obra "Pedras Altas – A vida no campo segundo Assis Brasil", publicada em 1984. Por muitos anos esses diários estiveram sob empréstimo, em mãos do autor do presente artigo, ao tempo em que um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria desenvolvia o projeto de resgate do patrimônio histórico, documental, bibliográfico, arquitetônico e botânico da Granja de Pedras Altas, através do Ipremec: Instituto de Preservação da Memória Cultural de Santa Maria e Região. O referido "Memorandum" integra a valiosíssima coleção de obras raras e documentos preservados no Castelo de Pedras Altas, nos arredores da cidade gaúcha de mesmo nome.

arquivos da *Société Impériale Zoologique d'Acclimatation* de Paris, ficaram comprovados esses plantios, em 1868, pelo Sr. Frederico de Albuquerque, o qual, em 1870, confirmava que os havia plantado em dezembro de 1868, e que de todos os vegetais que introduzira no País, o que de mais útil se revelara era, sem dúvida, o eucalipto, mencionando como plantadas as espécies globulus, amygdalina e polyanthemos. Outros autores registram a entrada das primeiras sementes de eucaliptos no Rio Grande do Sul em 1865, recebidas de Montevidéo, por intermédio do deputado coronel Felipe de Oliveira Neri".

Como não se indicam fontes primárias, estes dados também merecem investigação bibliográfica e/ou documental, a fim de comprovar, definitivamente, a sua veracidade.

Dos dois introdutores apontados, Filipe de Oliveira Néri é personalidade bem conhecida. Natural de Montevidéu (03-03-1820), cidade em que viveu até 1839, veio para o Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha e assentou praça no Exército Imperial, sob o comando do Coronel João Propício Menna Barreto. Antes do fim da guerra, entretanto, abandonou a carreira das armas por "questões de amor-próprio offendido", segundo depoimento de Achylles Porto Alegre[4], seu confrade no "Parthenon Literário". Membro da Assembléia Provincial "em diversas legislaturas" [5] e, mais tarde, da Câmara dos Deputados, Néri também se destacou como jornalista, inicialmente no "Correio do Sul", da capital gaúcha e, mais tarde, no "Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro (Porto Alegre, 1916), vindo a falecer na capital paraguaia em 1869, como correspondente do mencionado jornal carioca. Por sua vivência e amplos contatos na capital uruguaia, bem como por sua atuação política, que pressupõe interesse pelo desenvolvimento econômico, Filipe de Oliveira Néri é nome que merece investigação como introdutor do gênero *Eucalyptus* no Rio Grande do Sul.

Frederico Guilherme de Albuquerque, por sua vez, nasceu na cidade do Rio Grande (18-12-1839) e estudou Engenharia no Rio de Janeiro, sem, todavia, concluir o curso. Ao retornar à cidade natal, tomou conta da Fazenda da Marambaia, na Ilha dos Marinheiros, onde realizou experiências agronômicas e de aclimatação de espécies exóticas, entre as quais eucaliptos. Sócio de várias instituições científicas, ele recebeu a Medalha de Primeira Classe da Sociedade de Aclimatação de Paris (1852) por suas experiências no sul do Brasil. Em 1873, transferiu-se, com a família, para o Rio de Janeiro, a convite de Dom Pedro II, para assumir a chefia da Seção Botânica do Museu Nacional. Em sua homenagem, a estrada que circunda a Ilha dos Marinheiros, no município de Rio Grande, leva o seu nome (Lages, 2014).

A introdução do gênero *Eucalyptus* no Estado sulino, como afirmado anteriormente, segue a espera de dados incontestáveis, que somente fontes primárias podem trazer. Foi com base nesta convicção, justamente, que o presente trabalho dá um passo inicial, mediante pesquisa na Hemeroteca da "Biblioteca Riograndense", na cidade do Rio Grande. Antes de apresentar as novidades até o momento encontradas, convém apresentar um breve histórico sobre a ocupação do território gaúcho, com vistas ao melhor embasamento da questão dos recursos naturais renováveis.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O Rio Grande do Sul foi o último estado do sul do Brasil a entrar, efetivamente, sob o domínio português na América. O Tratado de Tordesilhas (7-6-1494), que repartia o continente americano entre as duas potências ibéricas, definindo como portuguesas as terras "desco-

[4] PORTO ALEGRE, A. *Homens illustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916. p. 48-49.

[5] O Ten-Cel Felippe Betbezé de Oliveira Néry foi deputado provincial de 22-12-1856 a 28-5-1863 (AITA, C; AXT, G.; ARAUJO, V. (orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. p. 38-43).

bertas ou por descobrir" até 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão (Cabo Verde), desestimulou a expansão lusa, em princípio, uma vez que o meridiano passava, aproximadamente, pela ilha de Marajó, ao Norte, e por Laguna, ao Sul. Não menos importante, na visão dos navegantes, era o aspecto inóspito oferecido pelo litoral gaúcho – retilíneo, arenoso, de difícil atracação, e marcado por dunas e plantas mirradas –, não levando a suspeitar da fertilidade existente no interior. Além de favorecer o contrabando de metais preciosos, oriundos do Alto Peru, é com base nestes argumentos que se explica a instalação da "Colônia do Santíssimo Sacramento" ao fundo do Rio da Prata, em 1680, bem em frente à espanhola Buenos Aires, quatro anos antes da fundação de Laguna (1684), deixando despovoado todo o litoral do sul de Santa Catarina, bem como do atual Rio Grande do Sul e Uruguai.

Pelos motivos expostos, a ocupação do atual território gaúcho teve início pelo oeste – e sob domínio da Espanha –, por iniciativa dos padres da Província Jesuítica do Paraguai (*Paraqvaria*, em latim). O Pe. Roque González de Santa Cruz (Assunção, 1576 – Caibaté, 15/11/1628) foi o primeiro homem-branco a pisar no Tape (designação histórica do atual Rio Grande do Sul), lançando "as bases de São Nicolau" a três de Maio de 1626 (Porto, 1954). No ano seguinte, o Pe. Roque reentrou no Tape pela foz do Ibicuí e, subindo 50 léguas, pelo rio, "ergueu a segunda cruz em terras do Rio Grande", na efêmera "Candelária do Ibicuí". Na sequência, outras reduções foram instaladas, tanto ao longo dos rios Ibicuí e Jacuí, como no Planalto Médio, todas elas, entretanto, de curta existência, uma vez que o "primeiro ciclo jesuítico" encerrou-se em 1640 por temor às "Bandeiras Paulistas", que visavam à captura de escravos, levando à fuga de padres e índios para a margem direita do rio Uruguai, em terras da atual Argentina.

Apesar de sua curta duração, dois efeitos marcantes para a economia regional e a biodiversidade decorrem desse primeiro período jesuítico: o êxodo populacional e a introdução do gado.

Ao adentrar no Tape, o Pe. Roque González registrou que os índios, por serem muito numerosos, haviam acabado "com os matos" e plantavam "entre cerros e penhascos", vivendo "em aldeolas, cujas maiores são de cem índios" (Jaeger, 1951, p. 194). Pelo esvaziamento populacional decorrente do êxodo anteriormente apontado, a floresta do rebordo do Planalto Meridional, bem como as demais ocupadas pela etnia guarani[6], que praticava agricultura itinerante, puderam recompor-se livremente, atingindo um desenvolvimento até então nunca alcançado no Holoceno.

Nas áreas de campo, por sua vez, o gado bovino, introduzido pelos jesuítas, multiplicou-se livremente nas vacarias "do Mar" e "dos Pinhais". Favorecido por abundantes pastagens e aguadas, o gado foi a base econômica dos primeiros séculos de ocupação, dando início, pelo pisoteio e herbivoria, à transformação da vegetação campestre, num processo que segue em andamento.

Ao retornarem para a margem ocidental do rio Uruguai, o "segundo período jesuítico" teve início com a fundação de São Borja, em 1682 e, na sequência, dos povos de São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio. As áreas campestres, por sua vez, foram repartidas em grandes estâncias jesuíticas para a criação do gado alçado, que proliferara nas antigas vacarias.

---

6 No atual Rio Grande do Sul também se encontravam índios de outras etnias à mesma época, mas em locais distintos. Vinculados ao grupo lingüístico Jê, os Caingangues, também ditos bugres, coroados e botocudos, habitavam, sobretudo, a região de Florestas Mistas. Nas áreas campestres da metade sul, os índios pampianos, grupo que abrange Charruas, Minuanos, Guenoas e Jaros, se estendiam pelo atual território uruguaio e o Pampa argentino. Destes últimos, a prática de eventuais queimadas foi a ação de maiores consequências, uma vez que eles viviam, basicamente, da caça, pesca e coleta frutos oferecidos pela natureza. Mais sedentários, os da etnia guarani exerceram ações de maior impacto, com sua agricultura rudimentar.

Um primeiro estudo etnobotânico e de utilização da madeira nas reduções jesuítico-guarani do Rio Grande do Sul foi realizado por Schulze-Hofer & Marchiori (2008), restando, todavia, ainda muito a ser desbravado nesse campo de pesquisa. Outra vertente a ser investigada diz respeito à exploração e cultivo da erva-mate, importante recurso econômico do período missioneiro.

Posteriormente à ocupação jesuítica, empreendida a partir do oeste, e sob domínio espanhol, teve início a portuguesa, com a investida dos primeiros açorianos ao litoral norte do atual Rio Grande do Sul, vindos de Laguna, em busca do gado existente nos campos sem dono. A fundação do Presídio (Forte) de Jesus Maria, José, por Silva Paes, na desembocadura do "Rio São Pedro" (19-02-1737), é o marco inicial desse período. Berço da atual cidade, Rio Grande passou a sediar a Capitania de São Pedro a partir de 1760, por desmembramento da Província de Santa Catarina, vinculando-se, diretamente, ao Rio de Janeiro.

Desconsiderado o interregno da invasão espanhola pelas tropas de Pedro de Ceballos (1763-1777), Rio Grande funcionou como "porta de entrada" para o avanço português ao interior do Rio Grande, inicialmente ao longo da Laguna dos Patos e vale do Jacuí.

Restabelecida a paz entre as duas potências ibéricas pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), o atual território gaúcho foi dividido ao meio, diagonalmente, passando a divisa, entre ambas, pela foz do Peperi-Guaçu no rio Uruguai, a noroeste, e pela barra do arroio Chuí, ao sul. Todas as terras situadas a oeste desta linha – e que encaminham suas águas para o rio Uruguai – pertenceriam à Espanha, cabendo a Portugal as banhadas por rios que correm em direção à laguna dos Patos e à barra do Rio Grande. As antigas Missões Jesuíticas e toda a bacia do rio Ibicuí, por conseguinte, passaram ao domínio da Espanha, situando-se o divisor de águas, na região de Santa Maria, poucos quilômetros a oeste da atual cidade.

A expansão portuguesa definitiva em terras do Rio Grande do Sul deu-se em 1801, por obra de um grupo de 40 patriotas gaúchos, que atacou de surpresa a guarda de São Martinho, situada na atual área urbana da cidade de mesmo nome e, na sequência, conquistou os Sete Povos, definindo um litígio de fronteiras cujas origens mais remotas precedem ao Tratado de Tordesilhas.

Se a espada e o fuzil garantiram aos portugueses a Província de São Pedro, foram o machado e a enxada as armas que asseguraram a ocupação definitiva do território e o seu desenvolvimento. Para essa tarefa, todavia, não havia braços suficientes no jovem Rio Grande, escassamente povoado e sempre atento em vigiar fronteiras. Os continentinos[7], descendentes de portugueses, índios e negros, não bastavam para tão grande desafio, tornando necessária a imigração européia.

A de origem germânica, que iniciou em 1824, na região de São Leopoldo, ocupou, principalmente, as terras situadas ao pé do Planalto Meridional, desde os arredores de Torres e Taquara, até Santa Cruz, Candelária e Agudo. Na mesma fase, outros imigrantes de mesma origem receberam terras na região fisiográfica da Encosta do Sudeste, dando origem a diversas colônias, desde Pelotas até Camaquã.

A partir de 1874 começaram a chegar os italianos, poloneses e imigrantes de outras regiões da Europa, os quais foram encaminhados a pontos mais distantes da capital da Província, inicialmente na Encosta Superior do Nordeste (Colônias Conde D'Eu, dona Isabel e Caxias) e, na sequência, a terras devolutas situadas a oeste do rio Jacuí (colônias Silveira Martins e Jaguari), bem como no Alto Uruguai.

Sob o ponto de vista ambiental, o assentamento desse numeroso contingente imigratório

[7] Habitantes do "Continente d'El Rei" ou "Continente de São Pedro", antigos nomes do moderno Rio Grande do Sul.

em terras originalmente florestais, implicou na maior devastação, jamais vista (ou reproduzida) no Rio Grande do Sul. Quem examina o atual mapa político do estado não deixa de reconhecer a existência de numerosos municípios de pequena extensão nas antigas áreas coloniais, em vivo contraste com os mais antigos e de maior extensão, que ocupam áreas com predomínio de campo nativo, tanto na Depressão Central e metade sul do estado, como nas regiões fisiográficas das Missões, Planalto Médio e Campos de Cima da Serra.

Ao final do século vinte, uma nova transformação radical da paisagem e vegetação autóctones teve início no estado, desta vez pela implantação de grandes projetos florestais no Bioma Pampa, sobretudo de eucaliptos.

Não restam dúvidas sobre o processo esquizofrênico verificado no Rio Grande do Sul ao longo de sua história: se as florestas naturais foram postas abaixo para o assentamento de imigrantes, que trouxeram indiscutível progresso econômico e social, atualmente são os campos nativos – e seu rico patrimônio de espécies endêmicas, raras, ou ameaçadas de extinção – que se encontra em xeque, pelo avanço da silvicultura. A história ambiental do estado sulino, como se pode concluir deste curto apanhado histórico, é rica em nuances que seguem à espera de investigação mais acurada.

Primeiro de uma série destinada a investigar os primórdios da silvicultura em nosso meio, o presente artigo visa a apresentar dois registros inéditos sobre o cultivo de eucaliptos no Rio Grande do Sul.

O EUCALIPTO DA PRAÇA DA MATRIZ

Por suas grandes dimensões[8] e o ambiente desfavorável em que se encontra, o eucalipto da Praça da Matriz[9] da cidade de Rio Grande é, até prova em contrário, a árvore mais antiga deste gênero botânico, ainda viva no Rio Grande do Sul (Figuras 1 e 2). Esse fato é bem conhecido de todos, constando, inclusive, como ponto turístico do município.

O que cabe investigação é a data de plantio ou, em outras palavras, a idade da árvore. A desinformação se manifesta até mesmo na placa disposta ao pé do indivíduo, posto que a identifica como *Eucalyptus globulus*, plantado em 1877.

A identificação da espécie é tarefa mais fácil, bastando ver as inflorescências axilares umbeliformes para se excluir a possibilidade do binômio indicado. *Eucalyptus globulus* Labill., ao contrário do observado no indivíduo em análise, apresenta flores geralmente solitárias, grandes, e sésseis ou com pedúnculo diminuto.

A árvore da Praça da Matriz de Rio Grande, ao contrário, apresenta botões florais globosos, de até 5mm de diâmetro, dispostos em umbelas axilares 7-11-floras, com pedúnculo e pedicelos não achatados, de até 20 e 8 mm de comprimento, respectivamente (Figura 3). Por estes e outros aspectos morfológicos de fácil diagnose, conclui-se que se trata de um *Eucalyptus camaldulensis* Dehnh., espécie com ampla distribuição geográfica em sua pátria de origem (Austrália). Espécie vinculada a margens de cursos de água, *Eucalyptus camaldulensis* requer fácil acesso ao lençol freático, peculiaridade ecológica que ajuda a entender o bom desenvolvimento da árvore e sua longevidade no ambiente inóspito em que se encontra, haja vista o calçamento realizado em toda a praça, com exceção de um anel de mais ou menos um metro de largura, em torno da base do tronco. Não custa lembrar que o lençol freático se encontra a pouca profundidade na planície litorânea, de modo que nunca falta água para a árvore, independentemente da intensidade do período de seca.

---

[8] O eucalipto da praça da Matriz mede 740cm de circunferência à altura do peito e cerca de 26m de altura total.

[9] A dita "Igreja Matriz", em verdade, é a Catedral de São Pedro, posto sediar a Diocese do Rio Grande desde 27-5-1971. Trata-se da mais antiga igreja ainda em funcionamento em todo o estado do Rio Grande do Sul. A sua construção teve início em 1752, por iniciativa de Gomes Freire de Andrada, com projeto de Manoel Vieira Leão. Trata-se de bem tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde 1938.



FIGURA 1 – Vista geral do eucalipto da Praça da Matriz (Largo Dr. Pio, oficialmente) da cidade de Rio Grande, em outubro de 2013, com a velha igreja (Catedral de São Pedro) à esquerda.



FIGURA 2 – Base do tronco do eucalipto da Praça da Matriz da cidade de Rio Grande, em outubro de 2013.

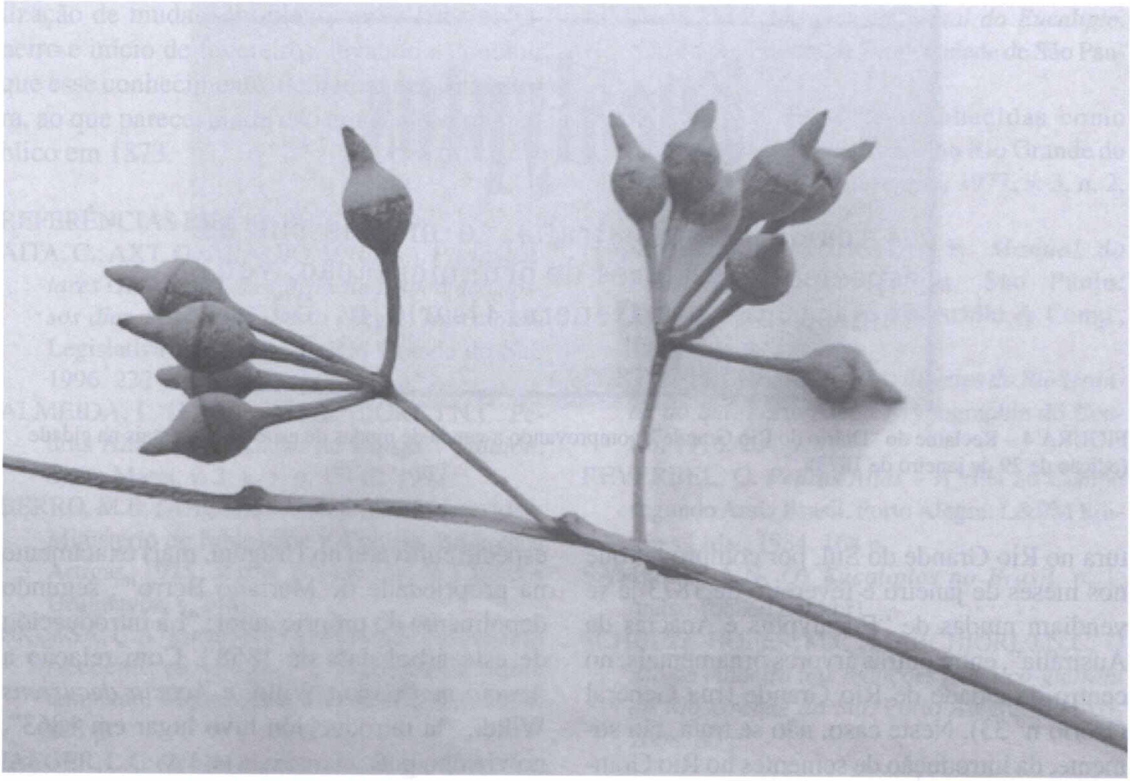


FIGURA 3 – Botões florais globosos do eucalipto da Praça da Matriz da cidade de Rio Grande (diâmetro < 5mm).

O nome específico (*camaldulensis*) remete ao Monastério de Camaldoli, nas proximidades de Nápoles (Itália), de onde foi colhido, por Friedrich Dennhardt (1787-1870), jardineiro-chefe do Jardim Botânico de Nápoles, o material utilizado na descrição original, de 1832.

Com relação à data de plantio, a consulta nos volumes encadernados do "Diário do Rio Grande" esclareceu a questão em uma pequena nota, constante no número 8.885 do referido jornal, publicado em 20 de Setembro de 1878, uma sexta-feira:

> "A Praça da Matriz acaba ser arborizada com Eucaliptos globulos, em substituição aos salsos que ali existiam. O Eucalipto, é a árvore adoptada em toda a parte, por considerar-se uma das plantas mais hygienicas".

Pelo texto, fica-se sabendo a data de plantio e que a arborização anterior era feita com indivíduos de *Salix humboldtiana* Willd., espécie nativa e de fácil propagação por estacas. A esse respeito, o mesmo periódico "verberava", em edição anterior, que "os dois salsos que se achavam collocados bem na frente da porta principal da Igreja Matriz" haviam sido "serrados" (Anteiro, 1939), levando a supor que, naquele recuado tempo, o corte de árvores já preocupava a cidadania.

Na Praça da Matriz, os demais eucaliptos que foram plantados à mesma época acabaram retirados, no século vinte, quando todo o canto sudoeste do logradouro público foi destinado à construção do prédio dos Correios e Telégrafos, reduzindo a praça, mais propriamente, a um largo.

INTRODUÇÃO DO GÊNERO EUCALYPTUS

Um modesto reclame (Figura 4), publicado em várias edições de o "Diário do Rio Grande", demonstra grande importância para a Silvicul-



FIGURA 4 – Reclame do "Diário do Rio Grande", comprovando a venda de mudas de espécies florestais na cidade (edição de 29 de janeiro de 1873).

tura no Rio Grande do Sul, por comprovar que nos meses de janeiro e fevereiro de 1873 já se vendiam mudas de "Eucalyptus e Acacias da Austrália", entre outras árvores ornamentais, no centro da cidade de Rio Grande (rua General Osório nº 33). Neste caso, não se trata, tão somente, da introdução de sementes no Rio Grande do Sul, mas de uma propaganda comercial para venda de mudas, o que leva a pensar em produção já significativa, a ponto de justificar a publicação em jornal. Muitas ilações podem ser feitas, a partir dessa curta propaganda.

Em primeiro lugar, o curto texto não informa quais eram a (s) espécie (s) de *Eucalyptus* e *Acacia* que estavam à venda. A lista de espécies de *Eucalyptus* cultivados na Argentina e Uruguai, nessa época, já era suficientemente diversificada para inviabilizar especulações a respeito. Além disso, como visto anteriormente, a velha árvore da Praça da Matriz de Rio Grande não é da espécie "globulus", como indicado pelo jornal e placa alusiva, mas de um *E. camaldulensis*. Sobre este ponto, todavia, há que se ressaltar que, até hoje, a identificação botânica de *Eucalyptus* é tarefa própria de especialistas, devido à dificuldade oferecida pelo grande número de espécies sob cultivo e à questão das hibridações, entre outros aspectos.

No caso do gênero *Acacia*, cumpre informar que *Acacia melanoxylon* R. Br. foi a primeira espécie cultivada no Uruguai, mais exatamente na propriedade de Mariano Berro[10], segundo depoimento do próprio autor: "La introducción de este árbol data de 1858". Com relação a *Acacia mollissima* Willd. e *Acacia decurrens* Willd., "la introducción tuvo lugar em 1863", no vizinho país.

Acacia melanoxylon é popularmente chamada, no Rio Grande do Sul, de "acácia Assis Brasil", por ter sido este político um dos grandes difusores da espécie que, embora antiga em nosso meio, segue pouco cultivada no Estado, com exceção da região de Pedras Altas, onde se difunde espontaneamente. No caso das outras duas acácias nominadas, se tratam de espécies afins a *Acacia mearnsii* De Wild e, com ela, por vezes confundida (Mattos, 1980), justificando o interesse da nota exumada, pela importância econômica desse grupo de espécies, graças ao tanino extraído da casca.

Não menos importante, resta comentar sobre a impropriedade da época de comercia-

10 "Pregunté a Lasseau, entonces jardinero del señor Buschenthal, si sabía su nombre, quien le dio dos nombres equivocados; pero que más tarde un amigo le dijo que en Australia lo llamaban *black wood* (palo negro) y el nombre que más arriba consta" (BERRO, M.B. *La Agricultura Colonial*. Montevideo: Ministério de Educación y Cultura, Biblioteca Artigas, 1975. p. 109-110).

lização de mudas, em pleno verão (fins de janeiro e início de fevereiro), levando a concluir que esse conhecimento elementar de silvicultura, ao que parece, ainda não era de domínio público em 1873.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITA, C.; AXT, G.; ARAUJO, V. (orgs.). *Parlamentares Gaúchos: Das Cortes de Lisboa aos nossos dias 1821-1996.* Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. 232 p.

ALMEIDA, L. G. B. de; MARCHIORI, J.N.C. Pedras Altas: uma "Lição de Coisas". *Palaión*, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 13-47, 1992.

BERRO, M.B. *La Agricultura Colonial.* Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, Biblioteca Artigas, 1975. 356 p. (Colección de Clásicos Uruguayos, v. 148).

BRUSSA, C.A. *Eucalyptus.* Especies de cultivo más frecuente en Uruguay y regiones de clima templado. Montevideo: Hemisferio Sur, 1994. 328 p.

JAEGER, L.G. *Os bem aventurados Roque Gonzàlez, Afonso Rodríguez e João del Castillo, mártires do Caaró e Pirapó.* Porto Alegre: Selbach, 1951. 389 p.

HASSE, G. *Eucalipto: Histórias de um imigrante vegetal.* Porto Alegre: JÁ Editores, 2006. 127 p.

LAGES, J.M.C. A Fazenda da Marambaia – 150 anos. *Agora*, O Jornal do Sul, 08 de março de 2014, sábado, p. 1.

LIMA, W. de P. *O reflorestamento com eucalipto e seus impactos ambientais.* São Paulo: Artpress, 1987. 114 p.

LIMA, W. de P. *Impacto ambiental do Eucalipto.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MATTOS, N.F. Espécies conhecidas como "Acácia Negra", cultivadas no Rio Grande do Sul. *Roessléria*, Porto Alegre, 1977, v. 3, n. 2, p. 67-79.

NAVARRO DE ANDRADE, E. *Manual do plantador de Eucalyptos.* São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Comp., 1911. 343 p.

PORTO ALEGRE, A. *Homens illustres do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916. 204 p.

REVERBEL, C. *Pedras Altas* – A vida no Campo segundo Assis Brasil. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., 1984. 168 p.

SAMPAIO, A.N. *Os Eucaliptos no Brasil*, p. 1. (celso-foelkel.com.br).

SCHULZE-HOFER, M.C.; MARCHIORI, J.N.C. *O uso da madeira nas reduções jesuítico-guarani do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: IPHAN, 2008. 80 p.

Fontes Primárias:

ANTEIRO (Antenor de Oliveira Monteiro). Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Praça da Matriz. *Jornal O Tempo*, 02 de Agosto de 1939. Ano XXXIII, n. 188.

Diário do Rio Grande, n. 7.205, Ano XXVI, 29 de Janeiro de 1873, quarta-feira, p. 3.

Diário do Rio Grande, n. 8.885, Ano XXXI, 20 de Setembro de 1878, sexta-feira.